

4

O curso de História da África na perspectiva dos sindicalistas

“Fazer uma reforma de grande monta num setor social como a educação significa fazer política”

(Martins, 2000, p. 3)

Neste capítulo vou apresentar e analisar as propostas e ações dos organizadores do curso de História da África organizado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação e pela Universidade Federal Fluminense.

Num primeiro momento, abordo o contexto histórico da presença do SEPE no movimento sindical docente do Rio de Janeiro para, em seguida, descrever a presença da questão racial nas discussões sindicais e seus desdobramentos em ações específicas até a realização do curso de extensão em História da África, expressas em documentos e depoimentos dos sindicalistas que organizaram o curso. Num segundo momento, apresento algumas considerações a respeito do desenvolvimento da proposta do curso de extensão de História da África identificando tensões e perspectivas.

4.1

Da fundação do SEPE à questão racial

Em 1976, um grupo de docentes reuniu-se para discutir a intenção do governo militar de unificar as disciplinas de História e Geografia em Estudos Sociais no antigo 2º grau. Ao final dos longos debates, esses docentes chegaram à conclusão que deveriam construir uma organização para encaminhar suas questões para os órgãos governamentais. Nesta perspectiva, foi criada a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), em 16 de julho de 1977. Entretanto, já existiam duas outras entidades: a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ) e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Em 24 julho de 1977 ocorre uma fusão dessas três entidades, com o objetivo de unificar as lutas econômicas e políticas do setor público de ensino. Assim, foi fundado o CEP - Centro de Professores do Rio de Janeiro.

Segundo os dirigentes do SEPE, o ano de 1979 é considerado um marco na história do sindicato, pois foi o momento em que os professores conseguiram

conquistar um piso salarial equivalente a cinco salários mínimos, numa greve considerada histórica.

Outro marco considerado importante para os atuais sindicalistas foi a greve de 1986, onde 25 mil professores reunidos no Maracanãzinho conquistaram um plano de carreira que regulamentava o enquadramento por formação e a progressão por tempo de serviço. Em 1987, após discussões internas, o III Congresso da entidade aprovou a ampliação do seu quadro de sindicalizados, incluindo os demais profissionais de educação das escolas públicas que não eram professores. Neste ano, o então CEP, passa a se denominar Centro Estadual dos Profissionais de Educação (CEPE).

A partir da nova Constituição Federal de 1988, os funcionários públicos passam a ter direito à sindicalização. Assim, em dezembro do mesmo ano, o CEPE realiza sua primeira Conferência de Educação e aprova uma nova denominação: Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).

A partir do final da década de 1970, o movimento dos professores da rede pública do Rio de Janeiro pode ser considerado o principal protagonista das discussões sobre a construção e a luta por uma educação pública de qualidade e democrática. Desde então, mas principalmente a partir da nova constituição de 1988, o SEPE tem primado por levantar discussões na sociedade fluminense que vinculam a luta econômica e sindical com as questões pedagógicas presentes no cotidiano dos profissionais das escolas públicas. Dentre essas questões, podemos destacar as discussões curriculares, de saúde, dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, dos planos de desenvolvimento da educação, da LDB e das diversas especificidades curriculares e temáticas políticas. Cabe ainda destacar duas atuações institucionais do SEPE: a primeira caracterizada pelas intensas articulações do sindicato com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), até o ano de 2006 e, a segunda, pelos intercâmbios com universidades e intelectuais.

Dentre as várias questões que permeiam as ações do SEPE, especialmente na década de 1990, se encontra a relação entre questão racial e educação. No entanto, estas discussões surgem de forma mais sistemática a partir do final dos anos de 1990, principalmente em torno das publicações nacionais da CNTE. Antes desse período, vários docentes já realizavam reflexões sobre a temática em suas unidades escolares, porém não ocorriam reflexões no âmbito do SEPE.

No VII Congresso do SEPE, em 1996, foi criada a Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação sexual (SEGAO), um setor específico da diretoria do sindicato que tinha a responsabilidade de incentivar e construir políticas de combate a qualquer forma de discriminação contra mulheres, negros e homossexuais (SEPE, 1996). A necessidade desta secretaria foi justificada, na época, em função das discussões de gênero que várias sindicalistas realizavam no movimento feminista, mas também no contexto de ascenso do movimento negro após a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, realizada em Brasília em 20 de novembro de 1995. Entretanto, a questão racial começa a ganhar destaque no SEPE quando, em 1997, foi publicado e amplamente divulgado um caderno de educação da CNTE: “Anti-racismo: uma ação necessária”.¹ Esse foi o primeiro documento sindical que mobilizou alguns militantes a pensarem de forma mais elaborada as ações do SEPE sobre a temática racial na educação.

Em março de 1997 o SEPE realiza um importante evento denominado “Seminário por uma pedagogia sem exclusão: respeitando as diversidades”, cujos eixos foram “As diversas formas de exclusão social” e “A discussão da exclusão social no interior da escola e sua inserção no currículo escolar”.

Este seminário configurou uma primeira aproximação do SEPE com representantes do movimento negro, parlamentares e órgãos de instituições universitárias como o Pró-Afro da UERJ e uma representação da UFMG.² O que estava em pauta neste encontro era a necessidade de pensar novos sujeitos nas lutas sindicais e políticas, além da tradicional categoria classe social. Cabe registrar que o evento discutiu também as questões de gênero, de sexualidade, dos portadores de necessidades especiais, além da reflexão sobre cultura e currículo.

Em junho de 1997, várias professoras da direção do SEPE participaram do II Seminário Estadual “As questões das relações raciais na educação”, organizado por diversas entidades do movimento negro do Rio de Janeiro na UERJ (SEPE, 1997b).

Outro evento que marcou o início da participação de alguns dirigentes do SEPE de forma mais sistemática na questão racial, foi o II Encontro Nacional de Trabalhadores em Educação Anti-Racismo da CNTE, realizado em Recife, em junho

1 Publicação oriunda do I Encontro Nacional de Trabalhadores em Educação Anti-Racismo da CNTE, em 1996, e que contém três textos de reflexão: “Africanidades brasileiras: discursos necessários para construção da democracia”; “Pobreza, etnia e educação no quadro de exclusão social” e “Negros e o mundo do trabalho” (CNTE, 1997).

2 O Professor Miguel G. Arroyo (SEPE, 1997a).

de 1998. Ao final deste encontro, algumas propostas foram aprovadas, dentre elas: a realização de um curso sobre a História da África para o coletivo antirracista da CNTE; desenvolver ações políticas para pressionar o MEC a adotar políticas para a questão racial na educação e publicar o 2º caderno da CNTE sobre antirracismo na educação.³

Descrevo estes episódios e publicações para entender as movimentações subseqüentes do SEPE na discussão racial, pois, é a partir de 1998, no VIII Congresso do SEPE, que se constitui efetivamente um coletivo da SEGAO, com elaborações próprias, resgatando as referências anteriores e articulando-se com os movimentos negros do Rio de Janeiro.

4.2

A tese da Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação sexual

Entre os dias 13 e 15 de novembro de 1998, foi realizado o VIII Congresso do SEPE na UERJ, com a participação de mais de 500 profissionais. Neste Congresso, foi apresentada pela primeira vez uma tese, denominada “Tese da Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação sexual”.⁴ Esta foi preparada por um coletivo de profissionais que durante o ano de 1998 se reunia semanalmente para elaborar políticas sindicais e pedagógicas antirracistas para o SEPE. Segundo alguns dirigentes do SEPE, foi a primeira vez que uma tese sobre a questão racial foi apresentada num Congresso do sindicato.

De fato, observando os diversos documentos que esta pesquisa selecionou, esta tese pode ser caracterizada como um momento inovador nas discussões sindicais do SEPE. Dentre as principais formulações encontramos:

Existem opressões que vão além da divisão da sociedade em classes. São elas a opressão do homem sobre a mulher, adultos(as) sobre jovens e idosos(as), heterossexuais sobre homossexuais, brancos(as) sobre negros(as) e demais grupos étnicos. As mulheres, no século passado, jovens e grupos de orientação sexual diferenciada a partir dos anos 60, começaram a se revoltar de forma coletiva mantendo

3 Deste encontro, destacam-se três conferências proferidas por militantes do movimento negro: “A História africana e os elementos básicos para o seu ensino”, de Henrique Cunha Jr., “Fazer pedagógico”, de Inaldete Pinheiro e “Implantação da cultura negra nos currículos da escola pública”, de Azoilda Loretto Trindade (CNTE, 1998).

4 O termo tese, num congresso de movimento sindical, não tem a mesma acepção dos espaços acadêmicos. Escrever, apresentar e defender uma tese num congresso sindical significa apresentar um conjunto de ideias políticas, concepções teóricas e propostas de ações para uma determinada entidade sindical. As teses podem ser assinadas por signatários coletivos ou individuais. Na prática do movimento sindical, há sempre, nos congressos das entidades, momento em que alguns signatários das teses as defendem em contraposição a outras.

uma continuidade de ação superior à do movimento operário - muito mais suscetível a períodos de ascenso e refluxo. Da mesma forma, o povo negro nunca aceitou passivamente a escravidão que lhe foi imposta. Rebelou-se e organizou-se tendo os quilombos como expressão máxima de sua organização coletiva. A Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação sexual foi criada com o objetivo de canalizar esta revolta histórica dos oprimidos tendo em vista o alcance do real objetivo do sindicato: ser um instrumento eficiente de luta para a construção de uma sociedade justa, que respeite a riqueza da diversidade e que se apresente com igualdade de oportunidade e participação para todas as pessoas. (...) (...) Não se pode superar a opressão de classe sem que se conte com a participação de todas as pessoas que por ela são afetadas, mas que só podem, efetivamente, participar desta luta à medida em que, passo a passo, superem as opressões específicas a que estão submetidas. Pode-se concluir, portanto, que o movimento sindical precisa de espaços, como esta secretaria, para escapar do reducionismo classista tão comum no cotidiano da luta e tão prejudicial à ação efetiva de transformação social (Caderno de Teses do VIII Congresso do SEPE, 1998, p. 6).

Estes trechos revelam uma nova formulação no movimento sindical dos professores do Rio de Janeiro, isto é, a identificação de novos sujeitos na luta por transformações sociais e uma crítica ao “reducionismo classista”, ou seja, a classe social como categoria exclusiva de análise da realidade e intervenção sindical.

A tese mais adiante qualifica as opressões que os diversos indivíduos na sociedade vivem como a opressão de classe, de gênero, de geração, étnica, por orientação sexual e por serem portadores de necessidades especiais. Analisa também os aspectos comuns e diferenciados dessas opressões vividas pelos indivíduos e, ao final, proclama a necessidade estratégica da “aliança entre os oprimidos”:

No SEPE e na CUT, nos jornais de esquerda, na propaganda, nas manifestações, nas demais lutas dos (as) oprimidos (as) e sobretudo no movimento sindical devem haver espaços paritários e aos quais seja dada real importância para as várias reivindicações dos sujeitos oprimidos. Toda discriminação é uma forma de violência e, quem é vítima de violência carrega uma carga violenta de igual intensidade e que não pode ser anulada apenas com boa vontade. Tal carga de violência pode ser redirecionada contra si mesmo (a) - a opressão que atinge milhares de homens e mulheres em especial ou de doenças psicossomáticas - ou em direção a outras pessoas que não tem nada haver com isto - violência doméstica, contra negros (as) etc. - ou em direção à verdadeira responsável: a burguesia. A prática da aliança serve para canalizar a revolta inevitável que este sistema produz em direção aos/às verdadeiros (as) responsáveis e, por consequência, permitir a superação também da sociedade de classes. A aliança entre os sujeitos oprimidos é necessária para vencer. Nenhum destes sujeitos pode esperar sozinho a libertação do capitalismo porque este sistema tem a necessidade de manter o domínio sobre os(as) trabalhadores(as), alimentado-se das outras opressões. (...) Por fim, devemos dizer que os (as) trabalhadores (as) não foram capazes sozinhos de destruir o capitalismo e não é verdade que eliminada a estrutura de classe se elimina automaticamente todas as outras opressões que em grande parte são anteriores à opressão de classe (Ibid, p. 8).

Ou seja, nas argumentações, fica evidente uma concepção de que as discussões de raça, gênero e orientação sexual necessitam se articular à questão de classe, numa perspectiva que uma não se contrapõe a outra. Parece que o objetivo do coletivo era

primeiro realizar uma reflexão mais geral para, em seguida, encaminhar propostas mais concretas para a discussão racial na educação. A tese em si não toca em aspectos específicos da educação antirracista. Seus militantes fazem um embate teórico, chamando os professores e sindicalistas a refletirem sobre a unidade dos oprimidos além da análise clássica das classes sociais.

A discussão pedagógica é realizada pelos membros do coletivo da SEGAO em outros espaços: na revista nº. 1 do SEPE, lançada no VIII Congresso e no relatório escrito pelo coletivo, em dezembro de 1998, que faz um balanço da atuação do grupo neste Congresso.

A revista do SEPE foi uma iniciativa elaborada pela direção do sindicato com o objetivo de fomentar reflexões pedagógicas que promovam interações entre movimento sindical e educação. No primeiro número, o diretor do sindicato Alexandre Batista da Silva, membro da SEGAO, publica seu artigo intitulado “Currículo: para que te quero? Uma proposta de subversão da lógica do pensamento dominante.” O artigo aborda a presença das discriminações raciais, homofóbicas e de gênero nos currículos escolares:

A lógica imprimida ao currículo escolar brasileiro é excludente e discriminatória. Prega, silenciosamente, a supremacia da raça branca sobre a indígena e a negra, (...) e outras discriminações decorrentes da hierarquia dada aos conteúdos e disciplinas. Historicamente, a concepção de mundo de nosso currículo é europeia e difunde toda uma ideologia que favoreceu e favorece a exploração do trabalhador (Silva, 1998, p. 11-12).

Após descrever alguns exemplos dessa perspectiva discriminatória dos currículos, o texto faz críticas aos PCNs e propõe uma ação necessária para a SEGAO: “A Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação sexual estudará uma proposta curricular que contemple essa nossa concepção de escola democrática”. (Ibid, p. 13)

Aqui fica evidente que no congresso do SEPE os membros da SEGAO preferiram realizar uma discussão mais teórica e política deixando a intervenção mais específica em relação à educação para um outro espaço. Isto fica ainda mais explícito num relatório escrito em dezembro de 1998 pelo coletivo da SEGAO:

(...), podemos considerar que no VIII Congresso do SEPE, nossa secretaria reafirmou e fortaleceu ainda mais seu perfil político e seu projeto de construção dentro da direção do Sindicato e na base da categoria. (...) Podemos afirmar que, a partir deste ano, nossa secretaria começa a dar visibilidade a um projeto político de construção das alianças entre os oprimidos, pelo menos na parte que nos toca dentro da categoria dos profissionais da educação do Rio de Janeiro (Relatório da SEGAO, 1998).

Neste relatório aparecem as discussões raciais específicas com algumas propostas de encaminhamento de ações, tendo em vista que as questões teóricas levantadas no Congresso, segundo o coletivo, começavam a conquistar adesões dentro do sindicato. Neste, faz-se uma relação de dezenove ações necessárias para o avanço das discussões propostas na tese, dentre elas destacamos duas:

(...) 2 - A realização de um curso de História da África em convênio com universidades e/ou entidades do movimento negro. (...) 18- (...) ao longo do ano de 1999; (...): realização de discussões sobre educação sexual; (...) sobre a alteração ou eliminação de algumas palavras no dicionário da Língua Portuguesa (esta proposta já foi aprovada no Congresso da CNTE); (...) (Ibid, 1998).

Como se pode observar as propostas são bem concretas, pois compreendem desde demandas específicas até propostas de grande porte como “a alteração ou eliminação de algumas palavras no dicionário da Língua Portuguesa”. Esta última visava à luta contra as expressões, existentes na Língua Portuguesa, que denotam racismos, sexismos e homofobias.

Para o coletivo, o ano 1998 termina com a realização de um debate sobre “A mídia e a negritude no imaginário social”, organizado pelo SEPE, realizado na UERJ e que contou com a presença de mais de 200 pessoas.

4.3

“500 anos de resistência indígena, negra e popular”

Após esta movimentação de um setor da direção do SEPE, um outro movimento promoveu o crescimento da reflexão étnico-racial no sindicato: as comemorações oficiais do Estado brasileiro sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil.

Neste período, os movimentos sociais negros, indígenas, sindical e a esquerda brasileira, promoveram uma ampla crítica às comemorações oficiais, na perspectiva da afirmação que “não havia nada a se comemorar”, mas protestar e construir uma agenda de reivindicações e ações para construir “outros 500”. O mais expressivo deste movimento, foi a iniciativa dos diversos setores progressistas da Igreja Católica junto a Confederação Nacional de Entidades Negras, o Conselho Indigenista Missionário, a Central de Movimentos Populares e o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil para a celebração dos 500 anos de Brasil, com o manifesto “Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular”.

Essas articulações aconteceram durante todo o ano de 1999 e o SEPE se fez presente de forma organizada e intensa. Não podemos esquecer que, ao mesmo tempo, iniciavam-se as discussões no Brasil para a III conferência da ONU sobre o racismo, a intolerância, a xenofobia e outras formas correlatas de discriminação. Ou seja, foi um ano de intensas reflexões que estavam na pauta das ações do SEPE. Entretanto, o SEPE se envolve em mais duas iniciativas que se acumulam diante das pretensões do coletivo de sindicalistas que se organizaram no VIII Congresso: a campanha internacional pela libertação do jornalista negro americano Mumia Abu-Jamal e a organização de um coletivo de professores de História da rede pública através do sindicato.

A campanha pela libertação de Mumia Abu-Jamal inicia-se na década de 90, após sua condenação a morte pela justiça americana sem lhe dar o direito de defesa.⁵ Esta decisão mobilizou a opinião pública internacional e os sindicatos filiados a CUT. O SEPE entra nesta campanha a partir de uma deliberação de assembléia da rede estadual de ensino no início de abril de 1999. Esta assembléia decidiu realizar uma paralisação de uma hora, no dia 23 de abril, para protestar contra o racismo e contra a condenação de Mumia Abu-Jamal. Em 19 de abril, o SEPE divulga um boletim especial, mobilizando a paralisação, divulgando pesquisas sobre as desigualdades raciais no Brasil e recomendando algumas discussões a serem realizadas com os estudantes durante o movimento proposto.

Em 18 de maio, o SEPE lança outro boletim, agora com o balanço das atividades realizadas na paralisação. Pelo que consta no boletim, parece que várias escolas estaduais realizaram eventos, debates, seminários e atividades culturais, protestando e denunciando o racismo no mundo e no Brasil. Os principais ativistas a frente dessa mobilização foram os membros da SEGAO.

A questão relevante nestes acontecimentos é que não há na história do movimento sindical do Rio de Janeiro uma iniciativa como esta, ou seja, de luta contra o racismo por parte de um sindicato e de uma parcela significativa de sua base que fez paralisação por conta de uma luta não econômica. Este fato pode ser

⁵ Mumia Abul Jamal é um ex-integrante do Partido dos Panteras Negras. Jornalista e militante negro antirracista, foi preso em 9 de Dezembro de 1981 sob a acusação de ter assassinado um oficial de polícia na Filadélfia. Após julgamento questionável foi condenado a morte. Em 27 de março de 2008, a Corte Federal de Apelações dos EUA anulou a sentença, convertendo-a em prisão perpétua, além de conceder um novo julgamento.

caracterizado como um fator relevante na história do SEPE e que contribuiu para as movimentações subsequentes dos professores ligados ao sindicato.

Dizia anteriormente que no ano de 1999 estabeleceu-se uma agenda intensa para as reflexões raciais no SEPE. Neste sentido, um outro espaço foi sendo forjado, agora com outros diretores, não ligados a questão racial, mas que, ao final, contribuíram de forma relevante para afirmação desta temática no sindicato nos anos subsequentes.

Em abril de 1999, alguns diretores do SEPE ligados a área de História lançaram um movimento dentro do sindicato: a construção de um coletivo de professores de História para discutirem questões pedagógicas, curriculares e de formação profissional. No boletim do SEPE – Regional III, os sindicalistas, assim mobilizaram os docentes:

O sindicato dos profissionais da educação, além das demandas salariais e da luta pela qualidade na escola, precisa preocupar-se com os aspectos pedagógicos que envolvem as disciplinas ensinadas aos nossos alunos. Por isso, é fundamental a organização destas áreas, aprofundando questões específicas e trocando experiências vivenciadas em sala de aula. Sabemos também que muitas (os) professoras (es), apesar das adversidades e do pouco incentivo de grande parte das redes públicas à sua formação continuada, prosseguem os seus estudos, dedicando-se aos cursos de pós-graduação (...). Este empreendimento fortalece a necessidade de que tais profissionais apresentem os seus trabalhos, contribuam nos debates mais recentes da sua área, incentivando outros a fazerem o mesmo. Com este objetivo, reuniremos os professores de História e de Geografia numa primeira plenária, para que possamos discutir e organizar o primeiro encontro de história e de geografia da regional III, abordando, dentre outros assuntos: a atual situação do ensino destas áreas de conhecimento nas redes públicas municipal e estadual; as experiências cotidianas dos profissionais de História e de Geografia em sala de aula; a discussão de uma política de atualização e de incentivo à formação continuada; a reflexão sobre a pesquisa em tais disciplinas e as principais discussões acadêmicas nesta área. (...) (Boletim do SEPE – Regional III, 05 de abril de 1999, p. 3).

Este movimento se restringiu aos diretores do SEPE de uma determinada área do município do Rio de Janeiro. A organização deste movimento estava diretamente vinculada a direção da Regional III do SEPE⁶ e refletia a intenção de alguns diretores e professores de História que, anos depois, em 2006, vão organizar o Curso de História da África analisado nesta tese.

Foram dois sindicalistas do SEPE que organizaram este curso.⁷ O primeiro é o professor de História Marco Túlio Paolino, graduado pela UFF e professor da Rede

6 Na estrutura de organização da direção do SEPE verifica-se a existência de uma direção central e 28 núcleos municipais, que são as direções do sindicato nos municípios. Há também as nove regionais do município do Rio de Janeiro, que são as direções regionais do sindicato na capital do Estado.

7 No folder de divulgação consta que a realização do curso foi também organizada pela Regional VI, entretanto, não identificamos nenhuma participação direta de dirigentes desta Regional (SEPE, 2006).

Municipal de Ensino do Rio de Janeiro desde 1995 e da Rede Estadual desde 1998. Atua no SEPE desde 1997 e atualmente é membro da direção central do sindicato. A segunda é a professora de História Izabel Cristina Gomes da Costa, graduada pela UFF e professora das redes municipais do Rio de Janeiro e Duque de Caxias desde 1995 e 1996, respectivamente. Atuou no SEPE de 1997 a 2007 como diretora da Regional III.

Nas entrevistas concedidas pelos dois sindicalistas para esta pesquisa, eles esclarecem melhor a proposta originária deste coletivo de professores de História:

(...) a gente começou desenvolvendo um projeto relacionado à organização por área de formação, (...) o nosso projeto político era que o sindicato organizasse as especificidades da categoria. O professor tem uma identidade muito grande com o seu fazer pedagógico, então quem estuda Geografia (...) se identifica com a Geografia; compra revistas, livros, participa de seminário, cursos, palestras e o mesmo acontece com todas as disciplinas (...). E identificando essa questão, essa demanda da categoria, nós propusemos a organização e fizemos um chamado aos professores de História para organizarmos esse segmento dentro do sindicato (...), e começamos organizando os chamados “sábados históricos” (Professor Túlio).

(...) a ideia final era formar um coletivo de história, ou seja, de professores que estão pensando a sua atuação, sua área, a questão pedagógica, o seu papel enquanto historiador, as demandas do profissional de história, tempo de aula, (...), então seria uma discussão pedagógica e sindical nesse sentido, do papel do professor de história (...) (Professora Izabel).

Pelo que consta nos documentos a que tive acesso no SEPE, identifica-se primeiro a formação de um coletivo de professores de História, em abril de 1999, e a tentativa de construir encontros periódicos de professores de História da rede pública vinculados ao SEPE.⁸ Nesses documentos identifiquei quatro encontros do coletivo de professores de História, sendo que os dois primeiros foram realizados em fevereiro e março de 2000, e tiveram respectivamente como temas: “O profissional de História e a educação” e “O índio no Rio de Janeiro”. Os dois últimos, em maio e agosto de 2000, debateram respectivamente os temas: “Escravidão africana na sala de aula” e “Currículo e interdisciplinaridade no ensino de História”. Eram os chamados “sábados históricos”, como informou o professor Túlio.

Dessas iniciativas destaco dois encontros. O primeiro refere-se as comemorações do dia 13 de maio de 2000, quando foi realizado o III Encontro do Coletivo de História na sede do SEPE. A discussão que contou com a presença de dezenas de professores foi a “Escravidão africana na sala de aula”, com a palestra da

⁸ Nos documentos pesquisados encontrei também uma iniciativa das Regionais V, VI, VIII e IX na qual promoveram o 1º Encontro de Geografia da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 19 e 21 de novembro de 1998 (Revista do SEPE, nº 1, 1998).

professora Azoilda Loretto Trindade e do professor Marcelo Paixão da UFRJ. Ao final deste evento foram encaminhadas algumas propostas de ação, como a participação no III Encontro Estadual do Ensino de História da UFF e no GT de Ensino de História da ANPUH daquele ano. Neste mesmo ano foi realizado o I Encontro de Professores de História nos dias 27 e 28 de outubro de 2000 (Revista do Sepe, nº. 7, 2000). Segundo os organizadores, este encontro tinha como objetivos discutir as questões relacionadas ao ensino de História, apresentar trabalhos acadêmicos elaborados por professores do ensino básico e integrar esses docentes com os professores das universidades que estariam trabalhando com temas afins. No entanto, os encontros de professores de História não tiveram uma continuidade. Os organizadores relatam que essa proposta não tinha adesão da maioria do sindicato por conta de “divergências políticas” com outros sindicalistas da direção do SEPE sobre a concepção de formação docente a partir do movimento sindical. O Professor Túlio descreve esta polêmica na época:

A atuação do SEPE na formação dos professores é muito residual. Infelizmente predomina uma visão de que o papel do sindicato é cobrar dos governos esta formação e isto dificulta e atrapalha a atuação do sindicato junto à classe, até por que os professores têm uma carência muito grande na formação continuada, muitos saem da universidade e depois de cinco, dez anos, perdem esse vínculo com o estudo. (...) Quando o sindicato apresenta alguma iniciativa nessa área, o retorno dos professores é muito grande, então isso demonstra que existe um espaço para a atuação sindical nessa área da formação, no sentido de contribuir para a formação pedagógica (...).

E indagado sobre qual seria exatamente sua proposta de formação docente no sindicato, o professor revela o que ocorreu em torno da proposta e organização do I Encontro de Professores de História:

(...) buscamos interagir com a Faculdade de Educação da UFF na formação dos professores de História, principalmente com a professora Sônia Nikitiuk.⁹ Buscamos participar dos encontros dos formadores dos professores de História, quer dizer, buscamos interagir nesse espaço acadêmico, levando a experiência que nós estávamos fazendo para a UFF e, com isso, ampliando a nossa movimentação na área de História. Então promovemos os chamados “sábados históricos” que foram crescendo e, cada sábado histórico, contávamos com mais gente. Contávamos com pessoas que se interessavam pelo tema, que queriam se engajar e chegamos a organizar o I Encontro dos Professores de História, a partir do sindicato. Mas, infelizmente o grupo majoritário do SEPE foi para o encontro para desarticular tudo aquilo que já tínhamos articulado e o encontro foi só esse mesmo. Esse grupo majoritário afirmou que a proposta daquele evento estava saindo do controle do sindicato e que eles não aceitavam isso, pois queriam um movimento atrelado ao SEPE. Nós colocávamos que a movimentação era maior que o sindicato, era algo que o sindicato deveria ser parte e não o único dessa movimentação, (...). Não queríamos que aquele movimento ficasse restrito ao sindicato, queríamos que o sindicato percebesse que essa movimentação era

9 Professora da Faculdade de Educação da UFF.

algo que poderia trazer frutos para a luta sindical, (...) interagindo com as próprias universidades que tinham cursos de História. Mas, infelizmente isso não foi compreendido e o encontro de História virou um espaço de luta política de projetos. E o projeto da maioria da direção do SEPE era esse: atrelar e na prática nunca puxaram nenhuma atividade nesse sentido. A única atividade que a gente puxou com esse caráter e que ganhou uma expressividade, eles foram para lá para desarticular. (...).

Este trecho da entrevista revela uma dimensão conflituosa de iniciativas que são realizadas no SEPE, que não unificam seus dirigentes além das questões econômicas e tradicionalmente sindicais. Quando o professor afirma que há um setor “majoritário” na direção, que não concordou com os encaminhamentos do Coletivo de História, faz-se necessário descrever qual seria a outra “concepção”.

A partir desse relato fui procurar essa outra concepção e, nos documentos pesquisados, identifiquei a apresentação de um pôster de quatro diretoras do SEPE (membros do “grupo majoritário”, segundo o professor Túlio) no 4º Congresso Nacional de Educação (CONED) em 2002, intitulado “Os sindicatos como locus de formação de profissionais de educação”. Neste pôster, as autoras afirmam que os sindicatos têm um papel fundamental na formação docente. O SEPE é apresentado como um locus de formação, pois desenvolve atividades que possibilitam um contato entre os profissionais da educação e as questões atuais nas reflexões educacionais. Dentre as atividades relacionadas, estão os seminários pedagógicos, os boletins do SEPE, os cadernos pedagógicos, as revistas, os livros, os cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu em parceria com a UFF e com a UERJ etc. Para as autoras, essas ações do SEPE constituem:

(...) ação formativa que relaciona teoria e prática, nas dimensões profissional e política, contribuindo para que os profissionais, com e através de sua entidade sindical, possam interferir e resistir às políticas educacionais fundadas no modelo político-econômico de sociedade que se constitui como hegemônico. Dessa forma, o sindicato contribui para que o trabalho político-pedagógico a ser desenvolvido nas escolas seja voltado para a concepção de educação transformadora e libertadora. Para uma concepção de educação que valoriza as reais demandas da parcela da população que é atendida pela escola pública em nosso estado e municípios, incentivando, ainda, a mobilização e a organização da categoria (Lins, et. al., 2002).

A partir do texto deste pôster não percebi uma divergência de “concepção” sobre a formação docente. O que parece é que as supostas divergências não se encontram numa determinada “concepção”, mas na forma e nas intenções das iniciativas, ou seja, suspeito que há algo a mais na divergência sobre o I Encontro de Professores de História que parece se restringir às disputas internas por influência política na base do sindicato. O professor Túlio, relata que após essa iniciativa, o

coletivo de História levou a proposta da continuação dos encontros no IX congresso do SEPE, realizada em 2000, mas foram derrotados na votação. Esta ocasião ele nos relata:

Então, levamos esse projeto para o Congresso do SEPE e lá mais uma vez fomos derrotados (...). Com a derrota, mudamos a nossa tática de ação, fomos implementar aquilo que acreditávamos na Regional III (...), onde é o nosso principal trabalho político sindical. Ali, apresentamos a proposta da organização dos professores de História em parceria com a UFF, através do NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos – para interferir no processo de formação dos profissionais de História.

Veremos mais adiante que essa “mudança de tática” vai propiciar ações paralelas de diversos dirigentes do SEPE nas questões raciais, ou seja, por um lado os sindicalistas da Regional III com os cursos de extensão em parceria com a UFF e, por outro, as continuidades e descontinuidades das movimentações da SEGAO.

Entretanto, apesar das tensões e conflitos entre os dirigentes sobre a melhor forma de encaminhar certas iniciativas, o ano de 2000, como afirmei anteriormente, foi marcado pelas comemorações sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. Para esta discussão o SEPE estava unificado e, baseado em deliberações da diretoria, organiza e realiza um grande seminário denominado “Brasil pra lá de 500”, em 12 de abril na UERJ. Destaco este evento, pois ele contou com uma participação inédita de professores que somente acontecia nas grandes mobilizações de campanhas salariais do sindicato. Participaram mais de mil profissionais para debaterem uma visão crítica da história brasileira com o professor de História Rubim Aquino, a História da África e a resistência negra com o professor Henrique Cunha Jr. e a resistência indígena com o Professor José Ribamar Bessa Freire.¹⁰ Neste evento também foi distribuído à edição especial da Revista do SEPE sobre “Os outros 500 anos”, que dava destaque a questão racial, indígena e a História brasileira numa visão crítica e na qual escreviam diversos professores universitários.¹¹

O tom e o calor dos debates daquele ano no SEPE também se refletiram no IX Congresso do SEPE, entre os dias 25 e 27 de maio, pois o tema central deste foi os “500 anos de resistência, indígena, negra e popular”. No caderno de teses específicas do Congresso que refletia as diversas posições políticas encontramos algumas ideias:

10 Além dessas conferências, o seminário contou com a participação de outros especialistas em oficinas sobre gênero, homossexualidade, os preconceitos nos livros didáticos e o samba na cultura brasileira (Revista do SEPE, nº 7, 2000).

11 Tais como: José Murilo de Carvalho (UFRJ), Regina Leite Garcia (UFF), Lená Medeiros de Menezes (UERJ), Gaudêncio Frigotto (UERJ), Jane Paiva (UERJ), Denise Brasil (UERJ e UFF) e Elaine Rossetti Behring (UERJ) (Revista do SEPE, nº 5 e 6, 2000).

É tarefa para @s profissionais da educação descolonizar os conteúdos curriculares, contestar a História oficial branqueadora, subverter a lógica que a produziu, para estabelecermos espaços plurais, multiculturais onde as diferenças tenham direito de expressão. Repensar as relações entre identidade e diferença passa por abrir o debate sobre a etnicidade de cada um de nós (Caderno de Teses Específicas do IX Congresso do SEPE - Tese 1, 2000, p. 5).

Índios, negros, mulheres: 500 anos de exclusão. O projeto neoliberal aprofunda mais a segregação e o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. A escola não pode estar a margem destas questões e, em consequência, o SEPE, mais do que nunca deverá organizar, junto com a categoria, o movimento em prol da luta das populações marginalizadas (Ibid, Tese 3, p. 20).

A nossa História não pode ser vista de uma forma fatalista, pois se houve invasão, em contrapartida, houve e há resistência. Se existe História oficial dos bandeirantes, da aristocracia colonial, dos latifúndios, (...), existe a História dos oprimidos, que sempre foi esquecida. (Ibid, Tese 5, p. 29)

É preciso levantarmos em conjunto a bandeira das escolas para os indígenas, exigir escolas em todos os assentamentos do MST, pois só assim estaremos caminhando para um real movimento de organização inclusivo e unificado (Ibid, Tese 7, p. 40).

Este foi o tom principal das calorosas discussões desse Congresso do SEPE. Entretanto, não ocorreu a publicação de uma tese específica da SEGAO. Após buscar informações sobre este fato, soube que os militantes estavam muito envolvidos com os eventos dos 500 anos e a intensa agenda que se abria para a conferência de Durban no ano seguinte.

No entanto, o IX Congresso não conseguiu terminar seus trabalhos ordinários em função das acirradas disputas políticas internas. Assim, ao final deliberou-se que aconteceria, em novembro, a continuidade do Congresso com os mesmos delegados eleitos, mas com a possibilidade de atualizar algumas discussões. Foi nesta oportunidade que alguns membros da SEGAO lançam sua tese, agora numa perspectiva mais específica e levantando questões pontuais no campo da educação. A tese basicamente expressava um novo setor do sindicato que realizava essas discussões específicas, mesmo tendo alguns remanescentes da SEGAO de 1998. Isto fica explícito num novo discurso, com um tom mais acadêmico e que reproduzia o que os signatários da tese 1, afirmavam no Congresso em maio de 2000:

Iniciar o processo de resgate e o caminho para a construção coletiva de uma sociedade incluyente, passa também pela construção de uma escola que garanta espaço para as diferentes expressões culturais, reconhecendo que a escola não é o único espaço formativo, e que o conhecimento se constrói na teia de relações entre objetos e seus sujeitos. (...) Repensar as relações entre identidade e diferença passa por abrir o debate sobre a etnicidade de cada um de nós, (...). Cabe a Secretaria de Gênero, Anti-racismo e Orientação Sexual priorizar essas questões, levando o debate para dentro das escolas, estimulando o desenvolvimento de políticas anti-racistas e anti-sexistas, no sentido de

combater todas as formas de opressão e exploração; investigar os mitos e os preconceitos presentes em nossa cultura e nos livros didáticos. É preciso avançar na construção de movimentos plurais, multiculturais, (...), garantindo a igualdade de oportunidades para todas e todos, dando visibilidade às múltiplas diferenças da humanidade (Caderno de Teses do IX Congresso do SEPE, nov. 2000, p. 32).

A partir dessa elaboração, o Congresso aprova algumas iniciativas para condução desta luta que se resume em trabalhar a identidade racial negra enquanto fator de desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a sociedade brasileira; disseminar o estudo das relações raciais no interior das escolas e, sobretudo, nos cursos de formação de professores, em todos os níveis, considerando a versão dos movimentos de resistência e das lutas populares como elemento fundamental no resgate da história da humanidade em contraposição à história oficial; retomar o projeto "Por uma Pedagogia sem Exclusão" e avançar nos debates sobre os conteúdos discriminatórios contidos nos livros didáticos, que reforçam papéis sociais de submissão dos negros na sociedade.

O tom acadêmico a que me referi parece ter uma explicação interessante, pois nas articulações que o SEPE fazia, muitos dos seus militantes entravam em contato com os debates acadêmicos de então, como o multiculturalismo, a formação docente, a questão das identidades no contexto da globalização, entre outros.¹² Estes contatos por sua vez, rendiam a alguns militantes a oportunidade de ingressarem em programas de mestrados e doutorados na UFF, na PUC - Rio, na UERJ etc. Mas também havia a exigência de acompanhar a discussão que estava se apresentando com força: os debates acadêmicos em torno das políticas de ações afirmativas e a preparação da Conferência da ONU Contra o Racismo, realizada na cidade de Durban (África do Sul), em 2001.

4.4 Ações afirmativas e as novas demandas na área de História.

Após o IX Congresso do SEPE identificamos poucas iniciativas do sindicato sobre a questão racial. Segundo relato de alguns dirigentes, o foco de atenção nesta questão passou das discussões internas às políticas de ações afirmativas, muito em função do ascenso desta polêmica no Rio de Janeiro, principalmente a partir de 2002

12 Um exemplo concreto disto é que, entre 1998 e 2004, o SEPE e a Editora DP&A, publicaram diversos livros sobre educação, na coleção denominada "O sentido da escola". Nestes, foram publicados vários artigos de diretores do SEPE, de dirigentes da Regional III e de professores das principais Faculdades de Educação do Rio de Janeiro (Garcia, 2000 e Diniz, 2004).

com a adoção das políticas de cotas pela UERJ. Neste sentido, uma nova terminologia surge nas iniciativas e documentos do SEPE: as ações afirmativas.

Destaca-se neste período três momentos. O primeiro foi a apresentação de um projeto de pesquisa-ação denominado “Para Além das Políticas de Cotas: ou como chegar até as nuvens com os pés no chão”, elaborado no início do ano de 2002 pela SEGAO, com o objetivo de inserir a sociedade na discussão das políticas afirmativas para afrodescendentes no Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro. O projeto fazia a proposta de descrever quais são as principais dificuldades e estratégias de superação dos obstáculos que têm se colocado diante dos alunos negros e pardos de três universidades públicas do Rio de Janeiro. O projeto pretendia realizar algumas entrevistas com atores sociais considerados importantes para a análise, mas também para a promoção de canais de interlocução para o debate (SEPE, 2002a).

Este projeto foi especificamente elaborado para concorrer a um financiamento proposto em edital público pelo Programa de Políticas da Cor da UERJ em 2002. No entanto, o projeto ficou no papel, pois não foi selecionado. Mas, sua importância se revela na medida em que um setor do sindicato inicia uma tentativa de inserção articulada com a academia e a pesquisa educacional sobre as questões raciais.

O segundo momento acontece em julho de 2002, quando a SEGAO organiza o seminário “Ações afirmativas: múltiplos olhares”, na UERJ. Repetindo a tradição dos debates anteriores promovidos pela SEGAO, as discussões giram em torno da questão de gênero, etnia e homossexualidade. A questão racial, com a terminologia etnia, é abordada com o foco nas ações afirmativas, ou seja, as mesmas discussões anteriores sobre raça, currículo, livros didáticos e preconceito racial, agora se inserem numa discussão mais ampla sobre a ótica da inclusão social (SEPE, 2002b). O seminário obteve uma boa repercussão e adesão, pois participaram cerca de 50 profissionais da educação básica. Porém, os debatedores eram integrantes dos movimentos sociais e não tinham vínculos com universidades.

O terceiro momento foi o X Congresso do SEPE, realizado entre os dias 14 e 17 de agosto de 2002. Chama atenção, a tese da SEGAO que reeditou a tese do IX Congresso quase que na íntegra, com uma pequena diferença:

A criação da Secretaria foi um passo importante, mas parece que nem 1/3 da direção se deu conta disso. A participação da direção do SEPE no seminário “Múltiplos Olhares” comprova esta avaliação. Se considerarmos as direções das regionais e núcleos, ai a tristeza é imensa (Caderno de teses específicas do X Congresso do SEPE, 2002, p. 4).

Além deste trecho e outros que descrevem a conjuntura nacional daquele ano, todo o resto do texto é igual a tese lançada em 2000. Ou seja, parece que não houve uma nova elaboração e mais, agora, diferente de outros momentos congressuais, o trecho que destacamos revela certo refluxo das discussões raciais no interior da direção do SEPE.¹³

Porém, antes de adentrar nas discussões mais específicas da nova conjuntura nacional sobre a questão racial na educação, cabe retomar brevemente as polêmicas dos dirigentes da Regional III com os diretores do SEPE do chamado “campo majoritário”, sobre a política de formação docente do sindicato. Na entrevista com o professor Túlio, este declara que, a partir de certo momento, seu grupo formulou uma nova tática de ação sindical para implementar suas concepções, concentrando suas iniciativas na Regional III.

O que é interessante destacar é que a movimentação deste coletivo, numa nova “tática”, é contemporânea à repercussão das discussões, entre os professores de História, sobre a nova historiografia social da escravidão promovida, no Rio de Janeiro, por professores da UFF. Essa contextualização é importante na medida em que, na entrevista com o professor Túlio, ele destaca neste mesmo período uma relação de parceria com alguns professores da UFF para a continuidade dos “sábados históricos” da Regional III, entre os anos de 2002 e 2005:

(...) nós buscamos, no processo de organização dos sábados históricos a parceria com a UFF, com a Faculdade de Educação na área de formação de professores de História. Ali tinha a professora Sonia Nikitiuk e, na área de História, a nossa relação era com o professor Daniel Arão Reis, que nesse período também estava no NEC. O NEC sempre quis sair de uma lógica meramente academicista e buscar interagir com os movimentos sociais. E assim, houve uma junção de projetos. Por parte dele, discutindo no NEC e na UFF, sobre a importância de se sair dos muros da universidade e de ter um trabalho no processo de formação dos professores, promoveram uma parceria com o Governo do Estado num curso de formação de pós-graduação *lato-sensu*, no governo da Benedita. Então ele já tinha esse projeto, de um lado, e nós, por outro, vínhamos fazendo essa discussão. Então houve uma junção de interesses, e aí nós construímos a proposta de realizar cursos, onde o curso era o aspecto de aglutinação desses professores, para que nós pudéssemos desenvolver o nosso trabalho sindical (...).

Esse trecho da entrevista acontece no momento em que perguntei se a Lei 10.639/03 fazia parte das discussões do coletivo de professores de História a partir daquele ano. Foi quando descobri que o curso de História da África era o terceiro

13 Segundo alguns sindicalistas, este refluxo se deve ao fato que, naquele momento, as principais discussões giravam em torno das eleições presidenciais de 2002 que apontavam a possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do PT e das intensas polêmicas dentro desse partido, que desembocou na fundação, tempos depois, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Estas questões afetaram vários sindicalistas, diluindo os pontos de unidade e de iniciativas coletivas.

curso promovido pela Regional III. O primeiro aconteceu em 2004 sobre a “História contemporânea” e o segundo, em 2005, sobre “História do Brasil Republicano”. A professora Izabel, por outro lado, relatou um aspecto importante que esclarece um pouco mais sobre este momento de organização dos cursos e as discussões acadêmicas no campo da História:

(...) a ideia dos cursos era para responder às demandas dos professores de História. (...) Porque só História? A História foi uma questão concreta, pois 90% dos diretores de escola e das pessoas que estavam em volta deles, eram professores de História. Estavam interessadas nas novas discussões na área de História. Isso gerou essa demanda interessante, ou seja, a gente percebia que essas pessoas estavam mais sensíveis à outras discussões que o sindicato estava fazendo. Essas pessoas, que a gente vê nas escolas, nas visitas que fazemos as escolas, não queriam ou não se viam sendo organizadas a partir da ação sindical, mas nos cursos estavam presentes, e algumas até começavam, muito poucas, mas começavam a participar mais da vida sindical a partir dos cursos.

Por outro lado, o professor Tulio, quando solicitado a responder sobre se o sindicato, a partir de 2003, chegou a discutir o surgimento da Lei 10.639/03, lembrou de uma atividade realizada pelo SEPE, em 2004, que nos parece revelar a inserção da discussão da nova historiografia social da escravidão entre os professores da educação básica, já que, neste evento, ocorreu uma massiva participação de professores de História, com mais de 100 pessoas presentes:

(...) tivemos algumas atividades, uma delas foi o lançamento do DVD da professora da UFF, Hebe Maria Mattos, “Memórias de Cativo”. O SEPE promoveu uma atividade com ela, mas também foi só uma atividade, inclusive, por que ela e o grupo acadêmico em que ela participa, procurou o sindicato em função do trabalho que a gente desenvolvia, pois ela é companheira do Daniel Arão Reis, que era a pessoa que articulava conosco as iniciativas dos cursos.¹⁴ Então, como ela via que realizávamos essas atividades na Regional III, acreditou que era algo do sindicato. Propôs algo vantajoso para o sindicato, por que ela faria parcerias, seminários, cursos etc. O sindicato fez o lançamento do DVD a um preço mais em conta para a categoria, (...) mas ficou só nessa atividade.

Ou seja, parece que os cursos atendiam a uma grande expectativa de formação dos professores de História filiados ao sindicato. Além disso, e esse é um aspecto interessante, muitos professores se mobilizavam no SEPE mais em função do que este oferecia em termos de formação profissional do que nas convocações para as lutas econômicas. Fica explícito no depoimento da professora Izabel que nos encontros dos cursos compareciam mais profissionais do que nas assembleias convocadas pelo SEPE.

14 Esta parceria com Daniel Arão Reis se concretiza porque a professora Izabel foi orientanda deste professor no mestrado em História de 1997 a 2000 e, atualmente, também no doutorado em História da UFF.

Não cabe aqui me estender na descrição dessas iniciativas dos primeiros cursos. O que interessa, nesta breve reflexão, sobre a nova “tática” dos dirigentes da Regional III, é o fato destas iniciativas terem sido determinantes para atender a grande demanda que se abriu a partir dos anos de 2003 e 2004 com a Lei 10.639/03. É o que vamos abordar no próximo tópico.

4.5

A Lei 10.639/03 chama o SEPE para uma nova dinâmica

A partir do ano de 2003, a nova conjuntura das discussões raciais na educação ganha um impulso significativo com a sanção da Lei 10.639 em 9 de janeiro e a instituição da SEPPIR em 21 de março. Colocava-se para o SEPE, portanto, uma nova agenda de ações e formulações, pois, como analisávamos no capítulo anterior, os debates sobre o ensino da História da África e dos negros no Brasil nos currículos escolares foram conquistando espaços na academia e nos movimentos sociais como uma das formas de luta antirracista mais presente no contexto atual da sociedade brasileira. E para alguns dirigentes do SEPE, que já estavam presente nestas discussões desde meados da década de 1990, este debate fazia-se extremamente necessário. Neste sentido, foram identificadas algumas iniciativas que ocorreram dentro do SEPE, dentre eles o curso de extensão de História da África da Regional III, bem como alguns eventos e as novas formulações expressas nos Congressos do SEPE de 2005 e 2007.

Inicialmente, observa-se um movimento semelhante ao que ocorreu em 2002 quanto a mudança de terminologias para o tratamento da questão racial. Das terminologias oriundas dos movimentos sociais às terminologias acadêmicas no início deste século, forjam-se a partir de um outro contexto, terminologias governamentais. Assim, os termos “políticas públicas”, “políticas de reconhecimento” e “políticas de reparação”, foram usados para referendar propostas do movimento sindical docente.¹⁵

15 Uma explicação para esta mudança parece decorrer de um novo contexto de atuação de muitos sindicalistas a partir da virada do século que ascenderam a postos governamentais de gestão de políticas públicas setoriais ou mais amplas, além de se integraram às estruturas do poder legislativo, principalmente como assessores parlamentares. Por outro lado, nas reflexões realizadas em eventos e formuladas em documentos, as pesquisas acadêmicas se fazem presente, bem como os aspectos desafiadores e contraditórios de implementação de políticas, frente às poucas mudanças estruturais do Estado brasileiro.

Expressão disto foram as reflexões realizadas no seminário “Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial”, organizada pelo SEPE nos dias 26 e 27 de novembro de 2004, na UERJ. Neste evento, foram convidados alguns professores universitários e algumas personalidades que integravam o governo federal e as administrações municipais.

Os objetivos deste evento demonstravam esta nova perspectiva, pois tratava-se da discussão da Lei 10.639/03, da apresentação de dados e propostas governamentais relacionados a política de ação afirmativa e de disponibilizar aos educadores, pesquisadores e estudantes, conteúdos e metodologias para elaboração de trabalhos. Neste sentido, foram debatidos alguns temas como: “Africanidade na formação de professores e nos currículos”, “As metodologias para implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial”, “A ação afirmativa nas universidades públicas” e “A pesquisa dos pesquisadores negros e sua produção intelectual” (SEPE, 2006b).

Apesar dessas iniciativas, a SEGAO não parecia conseguir retomar as intensas discussões que ocorriam no SEPE entre os anos de 1998 e 2000. Como vimos no Congresso do sindicato em 2002, havia certo isolamento da discussão racial em função de outras prioridades mais abrangentes. Este quadro se refletiu também no XI Congresso do SEPE, em 2005. No caderno de teses, não encontrei nenhuma tese específica sobre a questão racial. Identifiquei somente duas elaborações específicas: uma tese assinada por alguns membros da SEGAO (tese 7) que apresenta uma breve citação da questão racial e outra assinada pelos professores Túlio e Izabel (tese 4) que retomavam a formulação da criação de coletivos de professores por disciplinas.

A pauta de discussões do Congresso abordava um item denominado “Políticas Educacionais”¹⁶ e neste, todas as teses formulavam ideias e propostas de ações. É neste item que a tese 7 formula uma de suas ideias a respeito da conjuntura política da época:

O Brasil ainda é recordista mundial em concentração de renda, com índices preocupantes de população sem condições mínimas de higiene, educação de qualidade e atendimento a saúde. Se considerarmos o viés étnico e de gênero, temos de afirmar que a pobreza e as formas diferenciadas de exclusão no Brasil têm cara: é negra e mulher (Cadernos de Teses do XI Congresso do SEPE, 2005, p. 39).

16 Políticas Educacionais são definidas no SEPE como parte das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado.

Esta é uma formulação que reflete o acúmulo de uma massa crítica do pensamento atual sobre as relações raciais no Brasil que afirma o racismo como elemento estrutural das relações sociais brasileiras, expressos em diversas pesquisas e dados oficiais do Estado brasileiro (Theodoro, 2008).

Na tese 4 encontramos a formulação dos dois professores entrevistados por esta pesquisa. Na tese, esses professores voltam a insistir na proposta de construção de coletivos como uma dos itens das políticas educacionais do SEPE:

A terceira proposta parte da avaliação das iniciativas para formação de coletivos de professores por áreas de conhecimento. Consideramos que a experiência vivenciada no Coletivo de História no ano de 2000 foi bastante positiva, pois aglutinou profissionais dessa área que se entusiasmaram com a possibilidade de troca de experiências e da discussão do seu trabalho pedagógico (...). Os valores ideológicos e culturais do capitalismo/neoliberalismo se enraízam pelas diferentes áreas de conhecimento, desde suas matrizes científicas. Além disso, segundo múltiplos critérios, há o trabalho de seleção e adaptação do conhecimento trabalhado nas universidades e nos centros de pesquisa para a utilização pedagógica, na forma de conhecimento escolar. Nessa produção também existem critérios políticos e campos em disputa. Por isso mesmo, nós educadores não somos chamados a interferir e decidir sobre ela, ou só em alguns papéis secundários. São os profissionais que atuam sobre cada uma das áreas de conhecimento que podem repensar a produção do conhecimento escolar nas suas respectivas áreas. Acreditamos que grupos de trabalho (GTs) devem ser organizados e estimulados pelo SEPE com este objetivo. Estruturados por áreas de conhecimento e atuando na diversidade do real, os GTs poderão realizar uma importante disputa ideológica (Cadernos de Teses do XI Congresso do SEPE, 2005, p. 26).

Este momento de apresentação dessa proposta, já traduz as experiências que esses professores vivenciaram em 2004 e 2005 com os primeiros cursos da Regional III. E é a partir dessa experiência que surge a proposta do Curso de Extensão em História da África, em 2006. A professora Izabel, afirma as razões desta proposta:

A ideia de fazer esse curso era, na verdade, uma continuidade dos cursos anteriores que estávamos fazendo, relacionada a história contemporânea e a História do tempo presente. (...) No caso de história da África, acabamos acompanhando a discussão do processo de promulgação da lei e da movimentação que isso gerou. Mas, na verdade, respondemos a uma movimentação que havia dos profissionais e dos estudantes de história. Na história da África, há uma lacuna muito grande sobre o conteúdo. Então, o nosso objetivo acabou sendo esse de acompanhar essa demanda dos professores. E houve uma resposta muito grande nesse sentido, pois vimos um interesse muito grande de profissionais, não só de História (...), mas de muitos professores do primeiro segmento, dos estudantes, principalmente da rede privada.

Na mesma linha de argumentação afirma o professor Túlio, quando solicitado a falar um pouco sobre a ideia do curso relacionada a Lei 10.639/03:

(...) a Lei vai ser elaborada e aprovada durante o processo que estávamos intervindo nessa dimensão da formação, (...). Aproveitamos esse processo para entrarmos com essa discussão, ou seja, de que o professor de História deveria ter por parte do poder público maiores investimentos na formação, para que a Lei fosse efetivamente aplicada e, por outro lado, que o sindicato não abraze mão de interferir nesse processo de

formação. Cobrando do poder público sim, mas também realizando atividades que demonstrassem qual era a visão que o sindicato tinha sobre esta iniciativa governamental, (...), por que o governo apenas adota algo fruto de uma mobilização, de uma pressão da sociedade pelos movimentos organizados que já se preocuparam com essa questão. Mas, não chegamos a discutir isso como um tema específico, fazia parte das preocupações dos profissionais que vinham participar dos encontros. Os primeiros “Sábados Históricos” tinham um caráter muito mais de aglutinação das diversas preocupações que o professor de História tinha, e canalizamos esse grupo plural de interesses específicos, para movimentações onde cada um pudesse dar vazão a sua preocupação principal. (...) na época em que o curso foi organizado, esta questão da História da África estava muito mais em evidência e havia uma carência do professorado de História de atividades de formação desta área. Por que a Lei estava começando a ser implementada, havia toda uma cobrança de que essa Lei fosse realmente encaminhada nas escolas pelos professores e percebemos que não havia formação anterior nas universidades, não existiam disciplinas específicas sobre o tema. Esse tema, muitas vezes, passava despercebido por todo o curso de graduação do professor. No máximo, o que se estuda na graduação é a História da África contemporânea no processo da luta contra a colonização, no processo de luta pela independência e descolonização. (...) um pouco da partilha da África pelas grandes potências europeias, sempre numa visão marxista, do contexto da guerra fria, ou então, no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, quer dizer, sempre em função da história da Europa, daquela visão eurocêntrica. Então essa preocupação era algo que existia, mas não de maneira organizada. Nós buscamos com a atividade do curso dar vazão a essa demanda. Só que infelizmente foi apenas um curso, não conseguimos dar continuidade.

Mas o professora Izabel nos fornece uma informação relevante, pois afirma que o Curso de História da África surge também do reflexo das iniciativas que as Secretarias Municipais de Educação faziam junto ao professorado no sentido de propiciar a discussão da Lei 10.639/03 nas escolas:

(...) foi uma movimentação a partir de alguns núcleos e algumas regionais que respondeu a uma demanda que já estava existindo. Porque as secretarias começaram a fazer cursos e muitos professores colocavam essa questão. Então acho que houve uma sensibilidade das regionais e alguns núcleos para incorporar essa discussão.

Percebe-se nitidamente que a ideia do curso de História da África na Regional III é o resultado de dois movimentos distintos: por um lado, da articulação de uma proposta de formação de um coletivo de professores de História que atendia os interesses políticos e sindicais de um determinado grupo e, por outro, da grande mobilização nacional, através do movimento negro e dos órgãos públicos ligados à área de educação que despertaram o interesse numa ampla parcela de professores da base do SEPE. Isto pode ser verificado na ampla repercussão que a divulgação do curso suscitou entre os filiados do SEPE e em muitos outros profissionais da rede privada, inclusive, entre muitos estudantes de graduação. Como afirma o professor Túlio sobre o início da organização do curso:

Para nós foi uma experiência nova porque não sabíamos direito o que íamos abordar, se trabalharíamos mais essa questão da sala de aula ou se trabalharíamos mais a questão histórica. Então foi algo para nós realmente inicial, de como é que iria ser essa construção. (...) No início imaginávamos que a maioria dos participantes seria da categoria. Mas fomos surpreendidos com uma grande participação dos estudantes. (...) O teatro do ISERJ cabe praticamente 500 pessoas, não esperávamos encher o teatro, trabalhávamos sempre com uma média de 80 pessoas, achávamos que alcançar esse número seria uma vitória, mas (...), nos surpreendemos com o que aconteceu. Esse foi um dos maiores cursos que fizemos.

No desenvolvimento do curso, segundo os organizadores, ficou explícita a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre as propostas contidas na Lei 10.639/03. O que aparece nos depoimentos dos organizadores do curso é a lacuna dessa temática na formação inicial e o desafio de discussão dos conhecimentos sobre África e a questão racial no Brasil entre os professores. O professor Túlio relata as dificuldades dessa discussão num primeiro balanço que fez sobre o curso:

(...) isso é algo que não é abordado na universidade. Se não era abordado nos anos 80, na década de 90, período que muitos ali tinham se formado e estavam realizando o curso, e mesmo durante o início desse novo século, quando essa nossa iniciativa ocorreu, não havia ainda cadeiras específicas nas universidades. Diferente de hoje, quando você já tem alguns departamentos, algumas áreas específicas; concursos de professores especialistas nessas áreas etc., mas nesse momento esse processo ainda era muito inicial.

Já a professora Izabel demarca uma questão teórica de formação histórica, mas também, de formação pedagógica:

No caso de História da África percebíamos que nós mesmos, enquanto organizadores, desconhecíamos. Não só da história da África, mas das comunidades antes da escravidão e da História da África do século XX. Essa então, uma lacuna completa. A África que conhecíamos era aquela das comunidades tribais, da escravidão no Brasil, da luta pela descolonização, ou seja, algo muito geral. Mas, sobre as nações africanas no século XX, o desconhecimento é completo. A África para os professores é uma espécie de continente personalizado na escravidão. Então há muitas dúvidas a partir dessa lei: Que países são esses? Que comunidades são essas? Que histórias diferenciadas eram essas? Há um desconhecimento sobre a África do Sul, Angola, Moçambique, Guiné, Egito, Congo etc. (...) acho que há uma lacuna. Então, a África acabou sendo, no curso, uma grande novidade e um espanto: Que África contemporânea era essa que a gente não conhece? Mas, acho que há outra lacuna, em alguns casos, da própria teoria da disciplina de História, principalmente no aspecto pedagógico. Ou seja, não há a ligação entre a história e como se trabalha na educação, e essa questão, sempre aparecia na última aula dos cursos, que era uma aula de balanço e de fechamento. A reivindicação dos professores presentes sempre foi essa de dar continuidade e abordar a parte mais pedagógica ou de como trabalhar isso em sala de aula.

Suas avaliações quanto a discussão da implementação da lei, dos conteúdos e da recepção dos professores no curso, parece evidenciar, por outro lado, um grande desafio, ou seja, a temática das relações raciais nas escolas:

(...) acho que essa discussão desperta a sensibilidade dos professores e dos alunos para a questão étnica, do afrodescendente, dessa identidade. Como é que você vai ter identidade com algo que você não conhece ou com a história que você acha que não existe? Ora, se alguns dizem: "eu sou afrodescendente" "eu sou negro", logo, outros se perguntam, de que história? Do escravo que é a única referência que você tem? (Professora Izabel).

Esse dois professores quando solicitados a falarem sobre a implementação da Lei 10.639/03, inseridos neste projeto do curso e nas discussões que acompanharam, identificam diversas questões já bastante debatidas na literatura acadêmica. Entretanto, percebe-se as marcas de suas práticas pedagógicas e, evidentemente, de suas formações profissionais:

Os livros didáticos ainda expressam muito pouco a História da África. E muitos alunos têm como única leitura o livro didático, e quando o livro não expressa essa demanda, fica difícil de se trabalhar nas escolas, essa seria uma primeira leitura. Uma segunda é o fato de ainda existir uma resistência muito grande do professorado que ainda tem uma lógica conteudista. Ou seja, ele tem que dar todo o conteúdo: se ele não trabalhar História antiga europeia ou se ele não trabalhar o feudalismo na Europa, não vai chegar a trabalhar a História contemporânea e nem o Brasil. Então, a própria dimensão curricular precisa ser redefinida. Já existem algumas iniciativas, mas ainda está muito aquém do que nós necessitamos para que realmente a lei seja implementada.

Eu estava participando de uma reunião dos professores de História, em Belford Roxo, e um professor comentou: "nós temos que incluir História da África, alguma coisa a gente tem que falar!" Ou seja, uma formalidade para dizer que deu História da África. E ele perguntava: "Aonde é que a gente coloca? Ah, quando se fala sobre escravidão no Brasil, a gente cita alguma coisa". Ou seja, é assim que grande parte do professorado vê a implementação da Lei. Essas dificuldades com o livro didático e a dificuldade com a organização do currículo, reflete a formação desses profissionais. As perguntas sobre como trabalhar junto aos alunos essa nova consciência da importância da cultura afro-brasileira, da formação étnica do povo brasileiro, da contribuição dos africanos no nosso país, está por ser explorada (Professor Túlio).

(...) eu vou agora em maio [2009] para a rede municipal,¹⁷ e a minha perspectiva é como integrar essa discussão dentro dos programas de História. A princípio, não tenho o propósito, e nem acho que isso seja correto, de criar uma cadeira de História da África, porque acho que essa é uma discussão que tem que estar presente em todas as disciplinas. E o que vai demandar mais para aplicar a lei é uma maior formação, porque não temos esse conhecimento. Então, o meu desafio vai ser esse. Acho que temos que superar outra debilidade que é de informação, que ainda é eurocêntrica. Pois, o que conhecemos é a História da Europa, da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, e até quando falamos em América, é tudo a partir do olhar eurocêntrico. Então, ainda tenho essa dificuldade que preciso superar (professora Izabel).

Um aspecto interessante que surgiu na entrevista com o professor Túlio foi a discussão sobre a intervenção política do sindicato para contribuir na aplicação da Lei. Seu depoimento aponta para a necessidade de articulação com outros espaços de formação e elaboração de políticas públicas. Neste sentido, seu depoimento parece

17 A professora Izabel estava licenciada da sua função docente no município de Duque de Caxias desde 2007, em função das suas obrigações acadêmicas no doutorado de História da UFF.

confirmar a epígrafe do início deste capítulo, ou seja, para se fazer uma reforma educacional de grande porte na educação é necessário fazer política. Essa parece ser uma das pretensões do professor Túlio quando solicitado a responder a pergunta de como esta discussão poderia continuar no sindicato:

Em primeiro lugar manteríamos essas atividades de formação, manter a realização dos cursos. Por que quando o sindicato realiza um curso ele aglutina, aglutinando você dá voz àquele que foi chamado a participar de uma atividade de formação. Ao final do curso, você vai fazer uma avaliação e novas demandas irão surgir. (...). Segundo, realizar parcerias com instituições que tenham esta questão como algo formador da sua entidade, ou como uma preocupação importante da sua intervenção social. Citaria aqui como exemplo o CEAP (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas). Terceiro, deveríamos procurar as universidades, especialmente as universidades públicas. (...) para realizar parcerias, para ver como podemos interferir nessa formação, ou seja, o sindicato com uma tarefa mais ativa nessa área pedagógica. (...) É necessário também que a gente interfira para que as universidades estejam dispostas a realizar esta parceria. É óbvio que isso depende da postura do sindicato.

Antes de entrar no outro olhar sobre o curso de História da África, ou seja, a dos professores formadores, faz-se necessário identificar algumas repercussões dessa iniciativa dos dirigentes da Regional III no conjunto da militância sindical do SEPE, pois, a partir do ano de 2006, há um novo envolvimento por parte de novos dirigentes e algumas novas elaborações sobre a questão racial e a educação.

A identificação dessas repercussões, dizem respeito às demandas que se abriram em função de uma lógica nacional de mobilização. Ou seja, se já em 2005 inicia-se uma ampla divulgação do MEC sobre a Lei 10.639/03, bem como uma pressão dos movimentos negros e dos órgãos governamentais sobre os professores, a mobilização da Regional III, com um curso que garantiu a presença de cerca de 300 pessoas durante seis sábados de 15 em 15 dias, não passou despercebida dos olhares e atenções dos membros da SEGAO e de outros dirigentes do SEPE que jamais tiveram a questão racial como preocupação.

4.6

A Secretaria de Combate a Discriminação Racial do SEPE

O Curso de História da África da Regional III aconteceu entre maio e julho de 2006. Era um período em que, como vimos no capítulo anterior, as mobilizações em torno da Lei 10.639/03 fervilhavam no cenário educacional com a divulgação nos sistemas de ensino das publicações do MEC, a realização do curso a distância da SECAD, a divulgação em várias escolas do Rio de Janeiro do Projeto “A Cor da

Cultura” e dezenas de publicações acadêmicas nos principais encontros científicos da área de História e de Educação. Ocorria também a abertura de diversos cursos de pós-graduação *lato-sensu* sobre História da África em diversas universidades do país, bem como o início sistemático de investimento intelectual e editorial de pesquisadores e jornalistas contra as políticas de ações afirmativas.¹⁸ Na área governamental, a articulação entre a SEPPIR, o MEC e a Fundação Cultural Palmares, se fazia presente em todos os eventos oficiais dos estados brasileiros, divulgando suas ações e publicando dezenas de obras científicas e didáticas. Essa conjuntura não passou impune aos olhares de uma parcela significativa da direção do SEPE. E nos últimos três anos as discussões raciais retomam forças que, aparentemente, parecem contagiar alguns militantes do sindicato.

Algumas novidades surgem no cenário de discussão da questão racial no SEPE. No início do curso da Regional III, nos dias 26 e 27 de maio de 2006, a SEGAO promove uma reedição do “Seminário Múltiplos Olhares”. Diferentemente de 2002, houve uma maior participação de diretores do SEPE, incluindo dirigentes dos municípios de Mesquita, Queimados e Mendes. Outra diferença foi a presença de diversos professores universitários da UCAM, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e UERJ. As discussões se desenvolveram em torno das mesmas temáticas da edição anterior. No entanto, a discussão racial ficou focada na Lei 10.639/03. Este evento contou com a participação de mais de 300 pessoas no auditório do Clube Municipal do Rio de Janeiro (SEPE, 2006c).

Em 9 de novembro de 2006, outro setor do SEPE toma iniciativa na discussão sobre a Lei 10.639/03. Trata-se da Regional II em parceria com as Regionais VI e VII. Com o tema geral “Os profissionais da educação diante das reformas: sujeitos ou meros executores?”, discutiu-se dentre outros temas: “A África no Currículo – Lei 10.639/03” (SEPE, 2006d). O evento contou com a participação de cerca de 150 profissionais numa escola pública da zona norte do município do Rio de Janeiro. Dentre os palestrantes convidados estavam professores da UFRJ, da UERJ, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e um representante da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

18 São as iniciativas de intelectuais e jornalistas que sistematicamente escrevem nos grandes jornais de circulação nacional como: Ali Kamel da Rede Globo, Demétrio Magnoli da USP, entre outros.

Em 19 setembro de 2007 acontece um evento relevante para o SEPE: a Audiência Pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), organizada por uma Comissão Especial de deputados estaduais denominada “120 anos de Abolição da Escravatura”. O tema da audiência foi “História e Cultura Afro-Brasileira - Aplicação da Lei 10.639/03”. A audiência representava um dos eventos comemorativos dos 120 anos da Abolição organizado pela Comissão de deputados estaduais. Uma das preocupações políticas desta Comissão era investigar a aplicação da Lei 10.639/03 no estado. Neste sentido, foram convidados para o debate alguns sindicatos docentes, Ongs, a Secretaria Estadual de Educação, a SEPPIR e a SECAD do MEC. Representando o SEPE, estava a diretora Marize de Oliveira Pinto, que na época era a principal representante da SEGAO. Dois momentos chamaram atenção: a exposição dos planos de trabalho da SECAD e uma polêmica entre o SEPE e o CEAP a respeito da participação do sindicato nas discussões sobre a Lei 10.639/03.¹⁹

A professora Leonor Araujo foi a representante da SECAD, veio de Brasília especialmente para esta audiência e relatou as principais ações do MEC para implementação da lei, destacando especialmente que as audiências públicas deveriam se transformar em ações efetivas, pois, quando se discute a lei se está debatendo os espaços de poder na sociedade brasileira, por conta de nossa história de racismo e exclusão social dos negros nos sistemas educacionais. De forma eloquente, afirmou que a lei está tentando promover uma outra memória histórica, uma outra identidade para o país e novas formas de pensar a realidade brasileira. Destacou também que o ensino de História da África não é exclusividade dos professores de História e todo professor que discutir a questão se defrontará com as manifestações de racismo dentro da escola. Com um discurso altamente politizado, Leonor Araújo declarou que o histórico de construção da lei e sua aplicação, é uma questão política e não meramente pedagógica. Porém, quando abordou os aspectos pedagógicos, disse que é necessário maior qualificação dos gestores de ensino, o fornecimento de materiais didáticos de qualidade e, na formação docente, o necessário entendimento de que o professor não pode ser formado apenas nos aspectos de conteúdo, mas especialmente

19 O relato que segue representa minhas impressões e avaliações acerca das falas e depoimentos de alguns atores convidados para o evento. Não tive a oportunidade, até a presente data, de ter acesso as gravações áudio-visuais realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, através da TVAlerj. Estava presente neste dia, pois considerava uma oportunidade única para registro nesta pesquisa.

nos aspectos atitudinais, pois considera estes uma questão central, já que é no campo da política racial que se estabelecerá o grande desafio de aplicação da Lei 10.639/03.

Outras entidades fizeram exposições e colocaram questões e reflexões quanto ao racismo nas escolas, a formação docente e os livros didáticos. Entretanto, ocorreu um momento de acirramento dos debates que envolveu diretamente o SEPE. Ivanir dos Santos, dirigente do CEAP desde a década de 1980, após fazer algumas considerações sobre a importância da lei e das ações de formação de professores que o CEAP realiza em parceria com diversas Secretarias Municipais de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, declarou que o SEPE não está participando desta discussão sobre a lei e que o sindicato se omite, quando poderia ser um forte aliado do movimento negro.

A representante do SEPE não estava naquele momento na mesa dos debates, tinha apenas chegado e estava no plenário aguardando ser chamada pelos organizadores. Quando foi solicitada sua palavra, a primeira parte de sua fala foi um breve histórico das ações do SEPE sobre a questão racial desde a década de 1990. Em seguida, fez uma avaliação de que as relações raciais nas escolas públicas ainda se baseiam, metaforicamente, “nas relações entre Casa Grande e Senzala”. Neste sentido, considera que esta lei contribui para, inclusive, mobilizar os sujeitos das escolas para transformar as relações interpessoais.

Na questão da formação docente identificou um grande desafio, e aqui, teceu uma crítica ao Estado e às Ongs, principalmente aquelas que “querem substituir” o Estado. Afirmou que é papel do Estado assumir esta formação, mas o que vem acontecendo no Rio de Janeiro é a substituição deste papel pelo movimento negro, numa lógica que condiz com as políticas neoliberais. Além disso, situou um aspecto essencial na formação de professores, ou seja, para a lei vigorar de fato, faz-se necessário um grande investimento público na formação inicial dos professores.

Esta fala, a meu ver, representou para os presentes a explicitação de uma política sindical nas questões raciais e, no aspecto da formação docente, uma crítica direta e explícita ao CEAP e às outras Ongs. Evidência disto é que, ao final da audiência, o deputado Gilberto Palmares, presidente da Comissão, ressaltou a necessidade da presença do SEPE na Comissão Especial dos 120 anos da Abolição para ajudar na discussão de implementação da lei, já que o SEPE era a maior entidade ali presente.

Após a descrição destes momentos, chega-se ao XII Congresso do SEPE, realizado entre 7 e 10 de novembro de 2007. Podemos afirmar que este Congresso representou uma situação *sui generis* no que diz respeito às preocupações dos dirigentes do SEPE com as questões raciais. Mas também, a certa influência que teve a realização do Curso de História da África da Regional III nestas discussões.

O foco principal deste congresso foi a discussão sobre as lutas contra as “reformas neoliberais” na educação. Entretanto, por mais que se identifique esse debate como um cenário relevante, as questões raciais estavam presentes entre as teses que representavam a maioria dos delegados do Congresso.

Assim como em outros dois congressos (2000 e 2002), neste foram publicados dois cadernos de tese, as teses gerais e as teses específicas.²⁰ A novidade é a presença da questão racial nos dois cadernos, seja para propor mudanças na organização da temática racial no SEPE, seja para discussão das ações antirracismo.

No caderno de teses gerais, das doze teses apresentadas, três propõem ações específicas para a temática. A primeira tese, “Sociedade, Estado, Educação e Sindicalismo: novos tempos, novos debates e novas ações”, no item três, “Atualização do estatuto e organização do SEPE/RJ”, propõe a composição dentro da estrutura da coordenação da direção do sindicato, de dois diretores para a coordenação da “Secretaria de Etnia, Gênero, Orientação Sexual, Portadores de Necessidades Especiais e Anti-racismo”, que teria a competência de:

Organizar as atividades do SEPE relacionadas ao combate às opressões de etnia, gênero e portadores de necessidades especiais (...); coordenar as iniciativas do SEPE de criar uma aliança entre os oprimidos da sociedade contra a desigualdade, na busca da unidade respeitando nossas diferenças (...) (Cadernos de Teses gerais do XII Congresso do SEPE, 2007, p. 8).

Esta proposta compõe um aspecto de uma série de itens sobre a reforma do estatuto, mas o aspecto interessante é que há algumas ideias que já vinham sendo elaboradas desde o Congresso de 1998, como “a aliança entre os oprimidos”, mas que não faziam parte das preocupações deste grupo que assina esta tese.

A segunda tese, “O tempo não pára – socialismo ou barbárie”, também no mesmo item três, propõe o “desmantelamento” da SEGAO em duas secretarias: a Secretaria de mulheres e combate às homofobias e a Secretaria de Combate a Discriminação Racial, com dois diretores para cada uma. Essa proposta, que foi a

20 Tese geral é quando refere-se ao temário principal do Congresso. Tese específica significa a escrita de ideias e temáticas que não estão na pauta principal, mas fazem parte das políticas do cotidiano do SEPE.

vencedora no Congresso, argumenta que a razão para essa mudança seria “para avançarmos nas lutas específicas dando visibilidade ao corte de gênero e à política de combate a todas as formas de discriminação” (Ibid, p. 63). A proposta é oriunda dos antigos militantes da SEGAO.

A terceira tese, “Um outro mundo é possível. Outro SEPE é necessário”, aborda um outro aspecto, ou seja, que no plano de lutas e na organização do SEPE, se inclua entre as finalidades do sindicato, o desenvolvimento de ações relativas à área de estudos de História e Cultura Afro-Brasileira. No plano de lutas gerais da educação, a “realização de encontros que abordem temas como violência contra as mulheres, os idosos, a homofobia, a Lei 10.639/03, a política de cotas, dentre outros” (Ibid, p. 74).

Aqui, podemos identificar que a preocupação com a Lei parece refletir as experiências que alguns de seus signatários tiveram com esta temática, pois identifiquei alguns deles como organizadores de eventos do SEPE sobre a temática racial e como participantes de cursos de formação continuada no interior do Estado do Rio de Janeiro.²¹

Como afirmei, o caráter *sui generis* que este Congresso apresentava era a inédita preocupação de setores históricos no sindicato com a temática racial. Isto fica mais explícito quando se observa o caderno de teses específicas. Neste, há um espaço maior para a elaboração mais detalhada de concepções e proposições de ações antirracismo na educação. Das dezoito teses específicas, cinco abordam a questão racial como elemento necessário para as lutas e organização do SEPE.

A tese seis, “Por uma escola de trabalhadores, contra as reformas neoliberais, na luta pelo socialismo” é assinada por um grupo de sindicalistas que no SEPE é considerado um dos setores mais organizados politicamente. A maioria dos seus militantes tem uma trajetória histórica no sindicato e é ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Entretanto, foi a primeira vez que este grupo lança uma tese específica que aborda a questão racial. Isto é um aspecto relevante, pois, historicamente, estes militantes têm uma concepção política em que é a classe social que representa o sujeito principal para as transformações sociais, ou como

21 Entre os signatários desta tese, identifiquei os organizadores do encontro de 2006 da Regional II, além de alguns docentes que participaram da pós-graduação em História da África promovida pela Prefeitura de Macaé em 2006.

afirmam, “apesar dos discursos de busca da cidadania, a História moderna da humanidade continua sendo a História da luta de classes” (Ibid, p. 17).

Na tese específica, entretanto, eles escrevem sobre a importância da cultura para a luta dos trabalhadores. Essa noção é entendida como os aspectos de acesso as informações escritas e o “jeito de viver” da burguesia e dos trabalhadores. Uma noção bastante simples do que seja cultura. Escrevem sobre a opressão das mulheres e dos homossexuais e defendem diversas bandeiras de lutas contra o machismo e a homofobia. Já a questão racial abrange metade da tese. Denunciam o racismo da sociedade brasileira, afirmam que “o governo Lula está aprofundando o abismo racial no país e não o combatendo” (Caderno de teses específicas do XII Congresso do SEPE, 2007, p. 17), que o racismo é um grave problema nas escolas e que “os livros didáticos estão repletos da ideologia racista e do conteúdo eurocêntrico” (p. 17). Por fim, defendem as políticas de cotas e propõem que o SEPE “aponte políticas concretas para darmos um verdadeiro combate contra o racismo e a discriminação que ainda existem nesse país, nas escolas e na própria entidade” (p. 17).

Apesar de levantarem questões genéricas, sem uma devida fundamentação empírica, esta exposição é bastante relevante para um grupo do sindicato que até então não havia formulado por escrito esta discussão num Congresso do SEPE.

A tese sete representa outro grupo que pela primeira vez escreve uma tese que aborda a questão racial. Tem concepções semelhantes a da tese anteriormente descrita, principalmente no que diz respeito ao papel das lutas de classe na história. Porém, na sua tese, defende que a SEGAO tenha um plano de trabalho baseado em comemorações das lutas específicas de negros, homossexuais e mulheres e defende a ideia de que os negros sofrem de racismo em função da herança da escravidão, mas há uma recordação importante que esse grupo descreve:

O SEPE se inscreveu na História do movimento operário por ter sido o único sindicato na História do sindicalismo no Brasil que fez uma paralisação em 1999 contra o racismo, exigindo a libertação do corredor da morte, o comprovadamente inocente, (...), Múmia Abu-Jamal (Ibid, p. 19).

Isto é uma lembrança relevante, pois se de fato for verídica essa informação, tal recordação pode significar um importante elemento de debate e reflexão que pode estar ocorrendo dentro do sindicato sobre a questão racial.

A tese dez, “Em defesa dos direitos dos povos originários”, pode ser considerada como um momento de abertura de uma nova demanda do SEPE. Trata-se

da questão indígena. O conteúdo do texto conclama os sindicalistas a defenderem as reivindicações históricas desses povos na formação nacional:

Agora estamos reivindicando que o Congresso do SEPE aprove a inclusão dessa pauta de luta, que inclui também a defesa dos direitos dos/as professores/as e funcionários administrativos indígenas como classe trabalhadora das escolas estaduais diferenciadas do Rio de Janeiro (Ibid, p. 23).

É uma tese inovadora que pode abrir uma nova demanda sindical, pois, através de certas informações que traz, como a existência de diversos descendentes indígenas nas escolas do Estado, revela uma dimensão desafiadora para o SEPE.

A tese onze “Um outro mundo é possível. Outro SEPE é necessário”, assinada pelos mesmos signatários da tese geral nove, traz um complemento do que já vinha defendendo na tese geral. Neste, escrevem sobre as práticas organizativas que o SEPE deve assumir. No item sobre a necessidade de uma maior “formação e capacitação” de seus dirigentes bem como de professores, fazem uma crítica ao sindicato por ter ficado no esquecimento “os grandes seminários de formação do SEPE, que enchem auditórios” (Ibid, p. 25). Dão como exemplo, as comemorações do dia Nacional da Consciência Negra. Afirmam, por outro lado, que seria importante para o SEPE, retomar a trajetória do sindicato expressa nos cursos de “História Contemporânea e o de História da África (...) sempre bem recebidas por centenas de participantes. Todas essas atividades realizadas por nossas regionais” (Ibid, p. 25). Como propostas, sugerem “o retorno e o apoio aos coletivos de profissionais por disciplinas, como já aconteceram com História (...)” (Ibid, p. 25). Ou seja, uma clara alusão às iniciativas da Regional III que organizou o curso que analiso nesta tese. No entanto, nenhum dos principais signatários desta tese pertence a Regional III. O que denota a grande influência daquele movimento.

A última tese com o mesmo título da tese onze, assinado por um grupo denominado “Núcleo de Educadores Florestan Fernandes”, tem como principal reflexão a questão racial e de orientação sexual. A ideia principal é de uma educação não excludente. Denuncia o racismo na sociedade brasileira e nas escolas e dedica metade da tese à reflexão sobre a Lei 10.639/03. Afirma que as ações de combate ao racismo na educação são lentas e problemáticas. Descreve os obstáculos e desafios para implementação da Lei e identifica, em primeiro lugar, a falta de pessoal qualificado, em seguida, as resistências dos educadores, mas não explicando as razões. Em terceiro lugar, constata que apesar do crescimento da massa crítica em relação a questão étnico-racial na educação, “se está muito longe do que é necessário,

seja em formulação de conteúdos, adequações curriculares ou produção de material didático” (Ibid, p. 30).

Cita também diversos trechos do Parecer 03/2004 do CNE que fundamenta a Lei 10.639/03, nos aspectos da importância de uma educação antirracista, no reconhecimento da diversidade étnica brasileira e na afirmação da escola como um espaço privilegiado de construção das identidades sociais e coletivas. A tese finaliza com a proposta de um plano de lutas em que um dos pontos é a defesa de “todas as proposições do movimento negro no espaço escolar”. O que é importante ressaltar é o fato desta tese ter a preocupação de fundamentar uma análise do racismo no espaço escolar a partir do documento base da Lei 10.639/03.

Afirmei anteriormente que este Congresso representava um momento *sui generis* dentro do sindicato, pois foi a primeira vez que ocorreu a apresentação de diversas teses preocupadas com a temática racial. Mas qual seria a explicação para este fato? Será que o curso de História da África promovido pela Regional III teria influenciado? Tentando investigar mais a fundo sobre este momento, constatei a existência de alguns documentos do SEPE que, entre os anos de 2006 e 2009, mostra que a SEGAO tinha vivenciado um processo de renovação de seus quadros políticos, ou seja, a entrada no coletivo da SEGAO de professores(as) mais preocupados com questões mais específicas como a luta dos indígenas, dos homossexuais e das mulheres. Em visita ao sindicato, conversei com a diretora Marize de Oliveira Pinto que me informou que a SEGAO realizou diversos seminários “Múltiplos Olhares” em municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, reunindo centenas de pessoas. Para esses encontros, verifiquei a produção de diversos documentos de reflexão pedagógica sobre a Lei 10.639/03 e sobre o combate ao racismo nas escolas.²² Ou seja, constatei a ocorrência de diversas iniciativas que, apesar de pouca visibilidade na direção do sindicato, envolveram centenas de professores e respondiam a uma demanda específica de discussão como aquela ocorrida na Regional III. Talvez aqui possamos entender essa presença de várias teses num Congresso do SEPE que refletiam sobre a questão racial.

22 Dentre esses, uma publicação da CNTE amplamente divulgada em 2008 no SEPE: o caderno do IV Encontro Nacional do Coletivo Anti-Racismo da CNTE. Neste encontra-se uma discussão sobre a Lei 10.639/03 com textos de pesquisadores da UNB, da UFSCar e os documentos oficiais do MEC (CNTE, 2008).

4.7 Tensões e perspectivas

Qual a primeira análise que se pode fazer a partir destas narrativas? Uma breve constatação é que nos últimos anos vem ocorrendo uma crescente valorização das discussões raciais no SEPE, especialmente ligada às implicações pedagógicas e de formação docente em função das mobilizações em torno da Lei 10.639/03. Verifica-se também que essas discussões evidenciaram tensões entre os dirigentes, pois, de um lado, há uma concepção dominante de que é a categoria “classe social” que, para a maioria deles, instrumentaliza as ações políticas do professorado, por outro, quando se mobiliza para uma discussão específica, como o preconceito racial nas escolas ou o estudo de História da África, há uma mobilização significativa tanto entre os professores da base do sindicato quanto entre alguns de seus dirigentes.

Considero, diante do exposto até aqui, que o curso de História da África, realizado pela Regional III em função de uma demanda nacional, possibilitou a abertura de um espaço de reflexão, além do início da visibilidade sobre a história dos subalternizados, mas que estava carregada por tensões na medida em que colocava em questão as diferenças étnicas dentro de certos padrões hegemônicos de interpretação da realidade brasileira. Isto pode ficar mais evidente quando descrita e analisada a atuação dos formadores deste curso, no próximo capítulo, e a recepção dos professores de História que participaram do curso no capítulo subsequente.

Entretanto, alguns indicadores apontam certas pistas sobre essas indagações levantadas, tanto nas entrevistas com os organizadores do curso, como no próprio desenvolvimento da discussão racial no SEPE desde 1998.

Em primeiro lugar, há certo alcance das questões levantadas pelos movimentos negros na movimentação dos sindicalistas, tanto em relação à presença destes junto às atividades realizadas pelo SEPE quanto às aproximações em termos de elaboração de propostas. Isto fica evidenciado, por exemplo, quando alguns dirigentes, em 1998, formularam a proposta de realização de um “Curso de História da África em convênio com universidades e/ou entidades do Movimento Negro”, ou na proposição de um grupo de sindicalistas, em 2007, de defesa de um plano de lutas do sindicato que incorpore “todas as proposições do movimento negro no espaço escolar”. Este fato confirmaria a situação relatada por Gonçalves e Silva (2000), quando afirmam que as iniciativas dos movimentos negros se aproximaram da luta dos professores na

década de 1980 e aprofundaram suas relações na década de 1990, com a formulação de propostas e intervenções concretas.

Em segundo lugar, há uma nítida confluência entre espaços de ação de certos intelectuais universitários e de dirigentes do SEPE. Desde 1997, quando o SEPE realizou o seminário “Pedagogia sem exclusões”, se estabeleceram parcerias, intercâmbios e trocas. Ou seja, há um entendimento de que nessas relações se possa avançar tanto na compreensão dos processos de relações raciais quanto nas potencialidades de ação dos movimentos sindicais. Nesta perspectiva, cabe ressaltar as colocações de Arroyo (2002) quando afirma que é necessário compreender os sindicatos como espaço de formação docente, de construção de projetos educativos e que “reeduca a escola e o conhecimento” (p. 274). Ou seja, nestas trocas se percebe nitidamente, principalmente na formulação e na execução do curso de História da África, que os espaços da academia representam possibilidades de potencialização das ações políticas.

Em terceiro lugar, de certa forma há a criação de novos espaços de enunciação de políticas e de conhecimentos que estão concorrendo com os espaços de atuação tradicionais do movimento sindical. Exemplo disto decorre da primeira formulação coletiva da SEGAO, quando propõe a “aliança entre os oprimidos”, fazendo a crítica ao “reducionismo classista”, numa clara interpretação alternativa sobre a realidade brasileira. Outras perspectivas se apresentam também, principalmente quando se aborda a crítica as interpretações eurocêntricas da esquerda, do marxismo e do ensino de História. Durante a exposição das teses nos Congressos, isto fica evidenciado, como os exemplos sobre a necessidade de “haver espaços paritários” para canalizar a revolta dos oprimidos no sindicato, a paralisação das atividades dos professores para reflexão e denuncia do racismo, a criação de coletivos de professores de História para disputar concepções pedagógicas com o Estado ou na defesa dos direitos dos professores indígenas “como classe trabalhadora”. Esta última nos recorda o exemplo dado por Mignolo (2003a), quando destaca que a reinterpretção do marxismo a partir das lutas dos zapatistas se constitui numa construção de um “pensamento liminar”.

Por fim, as ideias sobre a formação docente ocupam um lugar central nessas enunciações. Para as questões raciais este é um elemento de grande preocupação, na medida em que se descreve, se constata e se propõe, iniciativas e formulações para potencializar ações e uma melhor compreensão dos processos de produção de

conhecimentos dentro da escola e no campo do conhecimento histórico. Isto fica explícito nos depoimentos dos sindicalistas sobre o curso de História da África, ou seja, a constatação da “lacuna teórica” ou da revisão dos conhecimentos “eurocêntricos” adquiridos na formação dos professores de História.

Esses indicadores nos levam a certas indagações para análise deste processo, pois, se de um lado há nitidamente uma certa concepção hegemônica sobre as lutas e ações do sindicato baseado na categoria classe social, por outro, a presença da dimensão racial e da diferença étnica e cultural, enquanto categoria de análise, vem pressionando os sujeitos coletivos e individuais a tomarem uma posição e a incorporarem essas novas perspectivas em suas propostas e ações. Mas isto não se constitui em uma tarefa simples, pois carrega consigo um leque de tensões e desafios.

No mais, os espaços de enunciação que alguns sindicalistas tentam construir, são trabalhosamente tecidos entre ascensos e refluxos, na medida em que as demandas e os acontecimentos se apresentam. Estes espaços não se firmam e nem se arrefecem, pois os possíveis conflitos que provocam, estão sendo constantemente negociados. Além disso, seus produtos, ou melhor, as novas enunciações, são permeadas por lacunas e reconceitualizações em função dos movimentos que se apresentam, entre iniciativas institucionais e pressões dos movimentos negros.

As possibilidades de construção de novos conhecimentos históricos, a partir de uma diferença étnica, estão em disputa às vezes explícita, às vezes implícita. Nada está dado, pois o que está sendo idealizado, realizado e construído, depende, muitas vezes, do encontro dos parceiros em jogo, isto é, da produção acadêmica, das ações do Estado e da pressão do Movimento Negro, bem como das demandas do professorado. Não se poderia falar ainda que se esteja construindo espaços de visibilização de diferentes epistêmes ou formas de produção de conhecimento que coloque em questão a geopolítica do conhecimento. Entretanto, podemos constatar que há uma forte presença de sujeitos, ações e ideias que revelam a tentativa de construção de “processos de descolonização maiores e mais profundos” na educação brasileira (Gomes, 2008). Pois, nas indagações da professora Izabel, a discussão racial e o estudo de História da África podem despertar a sensibilidade dos professores para uma questão bem mais profunda, ou seja, a relação entre história e identidade racial.

No próximo capítulo, tentarei verificar e aprofundar a análise dessas suspeitas a partir da percepção de outros sujeitos inseridos nesse processo.